

>> entrevista **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Ex-presidente descarta a necessidade de um Real 2 e diz que país pode dar novo salto se evitar "um intervencionismo errante"

Hora de corrigir os rumos

» PAULO SILVA PINTO

Quem observa o Real em perspectiva percebe mais facilmente o sucesso do plano do que os percalços. Mas o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ainda se lembra bem das dificuldades que enfrentou para implantar aquele que seria o mais engenhoso mecanismo para debelar a hiperinflação que surrupiou duas décadas de crescimento do Brasil. "No começo, foi muito difícil convencer o Congresso e o país de que não se tratava de uma fraude eleitoreira", conta ele. Não sem motivo. Cinco planos anteriores haviam fracassado na luta contra o dragão e, pior, a cada derrota, a carestia voltava mais forte.

Na lista de agruras, destaca-se o início de 1999. Em meio à instabilidade global, provocada pela crise na Rússia, e a ataques especulativos contra a moeda brasileira, o então governador de Minas Gerais, Itamar Franco, havia decretado a moratória da dívida do estado. Poucos dias depois, o Banco Central foi obrigado a permitir a flutuação do câmbio — de R\$ 1,32, o dólar passou a R\$ 2,16 em dois meses — e queimar, em apenas três meses, mais de US\$ 30 bilhões em reservas internacionais para evitar o pior. Sem citar nomes nem entrar em detalhes, Fernando Henrique atribui a situação de 1999 à "crise internacional e à irresponsabilidade política nacional".

O ex-presidente identifica uma série de desafios para que o país conclua a agenda inacabada do Real, quanto à qualidade dos serviços públicos, por exemplo, e corrija equívocos provocados pelo que chama de "máxima lulista": o crescimento baseado em aumento do crédito e do consumo.

Vinte anos depois, como o senhor avalia os resultados do Plano Real? Foram plenamente alcançados?

O Plano Real visava à estabilidade ao longo do tempo, com melhoria contínua das condições de vida do povo, não só de renda. Ou seja, melhores serviços públicos. Conseguimos manter a inflação sob relativo controle, iniciou-se um processo de recuperação de salários e de redução da pobreza. Mas a reestruturação do Estado para assegurar serviços de melhor qualidade ficou pela metade. De modo que os objetivos foram apenas parcialmente alcançados.

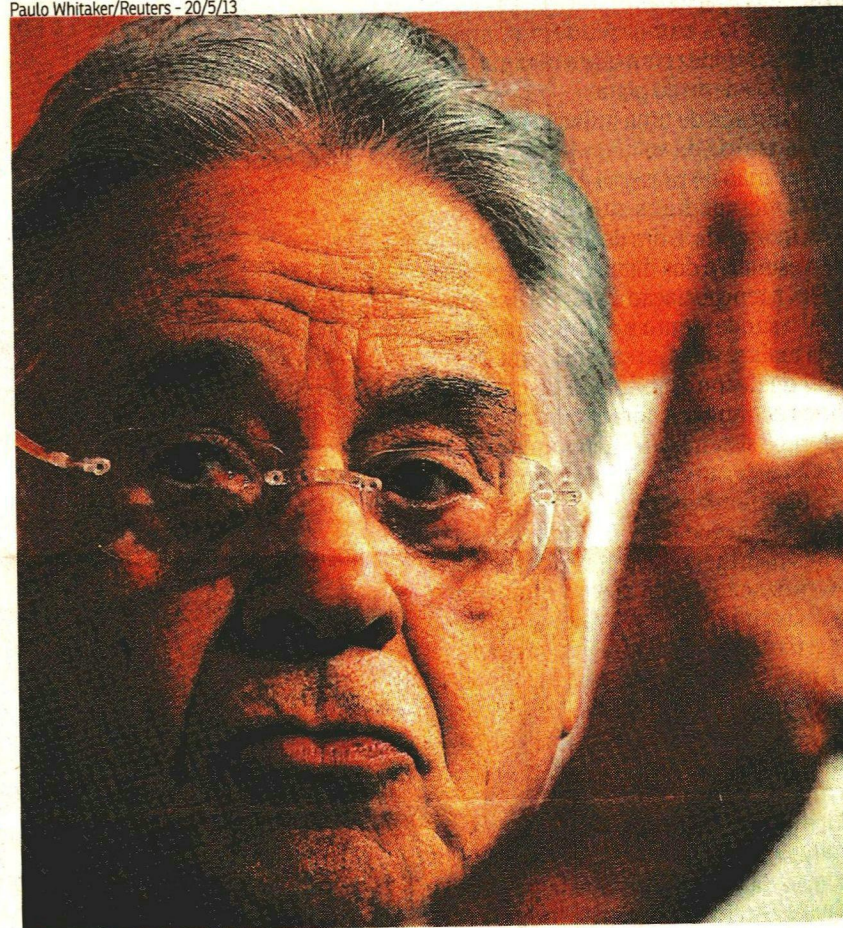
O que ainda precisa ser feito para consolidar a estabilidade e o dinamismo da nossa economia, de modo a acelerar o crescimento do PIB sem criar desequilíbrios?

O principal para consolidar a economia é retomar o aumento das taxas de produtividade, olhando para o longo prazo. Não se precisa de um "archo", mas de correção de rumos na política econômica (mais respeito às metas de inflação e maior controle nos gastos públicos). Mas, sobretudo, precisamos de mais e melhor investimento público e privado. Para isso, é conveniente restabelecer a confiança quebrada na continuidade de políticas sérias que favoreçam o crescimento, sem voluntarismos inúteis por parte dos governos.

O senhor acha que os governos posteriores ao seu trabalharam em direção a esses objetivos? Como?

Certamente os governos posteriores ao meu deram ainda maior impulso à melhoria de salários e à distribuição de

Paulo Whitaker/Reuters - 20/5/13



renda. Verdade também é que, principalmente entre 2004 e 2008, beneficiaram-se enormemente da situação mundial favorável. Entretanto, paralisaram as reformas necessárias para assegurar o crescimento da produtividade e a oferta de bons serviços públicos, além da penetração de interesses partidários na máquina pública. Mais ainda, principalmente no governo atual, foi criado um clima de desconfiança em relação ao setor privado e foi levan-

do ao máximo o lema lulista: para crescer, basta aumentar e o crédito público e o consumo. Resultado: estamos entrando em um período de estagflação, com baixo crescimento e um pouco de inflação. Se o rumo não for mudado, isso diminuirá os efeitos sociais positivos alcançados.

Fala-se na necessidade de um Plano Real 2, que envolveria as reformas que vêm sendo adiadas, como a da



No começo, foi muito difícil convencer o Congresso e o país de que não se tratava de uma fraude eleitoreira"

Previdência e a Tributária. Qual sua avaliação sobre isso?

Não creio que seja necessário um Real 2. Basta correção de rumos, o que será facilitado se o governo a ser eleito tiver uma visão adequada dos problemas do país e não se deixar levar por um intervencionismo errante.

Em algum momento o senhor achou que o Plano Real poderia não funcionar, seja durante a sua concepção, seja nos primeiros anos após sua implantação?

Sim. No começo, foi muito difícil convencer o Congresso e o país de que não se tratava de uma fraude eleitoreira. Em 1999, por outros motivos — crise internacional e irresponsabilidade da política nacional — temi que a estabilização naufragasse. Mas, como havíamos ajustado as contas públicas, acertando a situação de estados e prefeituras pré-falimentares, dinamizáramos a economia com algumas privatizações e com o funcionamento correto das empresas estatais, que deixaram de ser repartições públicas para funcionarem como empresas realmente públicas, e não apenas da burocracia estatal, o país pôde superar os momentos mais inquietantes para a estabilidade do Real.